



RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024

## ÍNDICE

Item	Página
1. INTRODUÇÃO .....	4
1.1. OBJETIVO.....	4
1.2. ESCOPO E CONDUÇÃO DOS TRABALHOS.....	4
2. FATOS RELEVANTES.....	5
3. GESTÃO DOS RECURSOS.....	7
3.1. Distribuição dos Recursos Administrados pela Entidade .....	7
3.1.1. Distribuição dos Recursos de Investimentos.....	7
3.2. ENQUADRAMENTO E GESTÃO DE RISCOS DE INVESTIMENTOS.....	10
3.2.1. Alocação e Concentração .....	11
3.2.2. Risco de Mercado .....	13
3.2.3. Risco de Crédito.....	13
3.3. RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS.....	17
3.3.1. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos exclusivos .....	17
3.3.2. Rentabilidade das cotas por perfil e por plano.....	17
3.4. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL .....	18
4. GESTÃO DO PASSIVO .....	19
4.1. EVOLUÇÃO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	19
4.1.1. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano.....	20
4.1.2. Solvência.....	20
4.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	21
4.3. DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO .....	22
4.4. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL .....	22
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	24
5.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS ORÇADOS VERSUS REALIZADOS .....	25
5.1.1. Gestão Previdencial .....	25
5.1.2. Gestão Administrativa .....	25
5.2. ACOMPANHAMENTO PGA .....	26
5.2.1. Indicadores De Gestão.....	26
5.2.2. Demonstração da Evolução do Fundo Administrativo .....	27
5.3. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL .....	27
6. AMBIENTE DE CONTROLE .....	29
6.1. AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....	29
6.2. COMPLIANCE .....	30
6.2.1. Obrigações Legais.....	30
6.3. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO .....	30
6.4. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL .....	33

7.	GESTÃO DA ENTIDADE .....	34
7.1.	ESTRUTURA DA ENTIDADE.....	34
7.2.	CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO.....	34
7.2.1.	Qualificação.....	36
7.3.	CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL .....	36
8.	RESUMO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL .....	38
8.1.	ACOMPANHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL .....	38
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
10.	DOCUMENTOS ANALISADOS .....	41

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. OBJETIVO

O principal objetivo deste relatório é apresentar os resultados da análise realizada sobre a gestão dos recursos dos planos administrados pela **Value Prev Sociedade Previdenciária** (Entidade) **no primeiro semestre de 2024**. A análise compreende a verificação da aderência às normas e políticas de investimento, das hipóteses atuariais e da execução orçamentária, em conformidade com a legislação vigente e, em especial, com o art. 19 da Resolução CGPC N.º 13, de 2004. Em suma, busca-se avaliar a adequação aos princípios e práticas de governança corporativa e controles internos adotados pela Entidade.

### 1.2. ESCOPO E CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

Para a realização dos exames e a elaboração do presente relatório, o Conselho Fiscal conta com apoio da PFM Consultoria e Sistema, que utilizou a seguinte metodologia:

- a) análise de documentos;
- b) obtenção de informações com os colaboradores e dirigentes da Entidade; e
- c) observância das normas e legislações vigentes.

Para a elaboração do Relatório, foram considerados os seguintes tópicos para análise:

- Gestão dos Recursos;
- Gestão do Passivo;
- Execução Orçamentária;
- Ambiente de Controles; e
- Gestão da Entidade.

Os resultados das análises deste Relatório, ainda que auxiliados por consultoria externa, serão destacados como manifestação deste Conselho Fiscal. Posteriormente, esses resultados deverão ser encaminhados ao Conselho Deliberativo para que sejam providenciadas as medidas necessárias para atender às eventuais recomendações deste Conselho.

## 2. FATOS RELEVANTES

### a) Primeiro aporte no novo Fundo aberto de renda variável

Em outubro de 2023 foi aprovado o fundo AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC FIA para o segmento de renda variável, com estratégia em SMALL CAP, o 1º aporte ocorreu em 06/02/2024.

### b) Conclusão do resgate total de fundos abertos

Em 07 de novembro foi solicitado o resgate total do Fundo VINCI SELECTION EQUITIES FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES. Motivação: Baixa *performance*, com análise prévia pelo Comitê de Investimentos. A liquidação do resgate ocorreu em 10/01/2024.

### c) Novo Fundo aberto de renda fixa

Em novembro de 2023 foi aprovado o Fundo AZ QUEST LUCE INSTITUCIONAL FIC FI RF CP LP e em 14/03/2024 ocorreu o primeiro aporte para o segmento de renda fixa.

### d) Resgate total

Em 04 de dezembro foi solicitado o resgate total do Fundo ITAÚ HEDGE PLUS MULTIMERCADO. Motivação: Baixa *performance*, com análise prévia pelo Comitê de Investimentos. A liquidação do resgate ocorreu em 06/02/2024.

### e) Alterações do Regulamento do Plano de Benefícios HPE

Em janeiro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo as alterações do regulamento do Plano de Benefícios HPE, conforme competência conferida nos incisos XI e XVIII, do artigo 28, do Estatuto da Sociedade e em 02/04/2024 o Regulamento foi aprovado pela Previc.

### f) Resgate total

Em fevereiro de 2024 foi solicitado o resgate total do Fundo SAFRA GALILEO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS MULTIMERCADO. Motivação: Baixa *performance*, com análise prévia pelo Comitê de Investimentos. A liquidação do resgate ocorreu em 26/03/2024.

### g) Novo perfil de investimento do Plano de Benefícios +Valor

Em março de 2024 foi aprovado o novo Regulamento dos Perfis de Investimentos do Plano de Benefícios +Valor. Os perfis chamados C1" (Carteira 1) e "C2" (Carteira 2) vieram para atingir todos os públicos, em especial a população que deseja ter um perfil mais conservador.

**h) Novo Fundo aberto de renda variável**

Em maio de 2024 foi aprovado o fundo AZ QUEST BAYES SISTEMÁTICO AÇÕES FI AÇÕES para o segmento de renda variável, entretanto, ainda não ocorreu o primeiro aporte.

**i) Nova plataforma *SmartPrev* da Value Prev**

Em junho de 2024 a Entidade anunciou o lançamento da nova plataforma da Value Prev aos seus Participantes/Assistidos.

### 3. GESTÃO DOS RECURSOS

A Resolução CMN N.º 4.994, de 2022 define um robusto arcabouço regulatório para a aplicação dos recursos das EFPCs. A norma estabelece que os investimentos devem ser realizados com base em princípios como segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, sempre considerando a natureza das obrigações assumidas com os participantes dos planos de benefícios. Além disso, a Resolução exige que a EFPC adote práticas de governança corporativa sólidas, com destaque para a seleção e acompanhamento de prestadores de serviços, e o cumprimento do dever fiduciário. As Políticas de Investimentos da entidade, aprovadas pelo Conselho Deliberativo, detalham os critérios e limites para a aplicação dos recursos, assegurando que a gestão seja realizada de forma alinhada às necessidades dos planos de benefícios e às melhores práticas do mercado.

#### 3.1. Distribuição dos Recursos Administrados pela Entidade

A Resolução CMN N.º 4.994, de 2022, e normativos correlatos determinam que os recursos garantidores se referem às aplicações dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos administrados, representados pelo total dos investimentos somado ao disponível menos suas exigibilidades, que já estão comprometidas com as exigências relacionadas ao disponível e ao investimento.

Ao final do semestre a Entidade administrava cerca de R\$ 1,7 bilhão distribuídos entre os planos de Benefícios HPE, DXC, +Valor e Plano de Gestão Administrativa - PGA. Quando comparado com a posição do exercício de 2023 nota-se um crescimento de 3%, o equivalente a aproximadamente R\$ 55 milhões.

RECURSOS GARANTIDORES - VALUE PREV						
Recurso	Posição 2023		Posição 1S2024		Variação	
	R\$	%	R\$	%		
Plano de Aposentadoria - HPE	1.159.711.638	66,81%	1.188.191.299	66,37%	2%	
Plano de Aposentadoria - DXC	321.561.121	18,52%	335.044.562	18,72%	4%	
Plano de Aposentadoria - +VALOR	249.742.036	14,39%	263.027.570	14,69%	5%	
Plano de Gestão Administrativa - PGA	4.291.091	0,25%	4.268.513	0,24%	-1%	
<b>Investimentos</b>	<b>1.735.305.886</b>	<b>-</b>	<b>1.790.531.943</b>	<b>-</b>	<b>3%</b>	
Disponível	1.173.662	0,07%	253.983	0,01%	-78%	
Exigível Operacional - Investimentos	(600.389)	-0,03%	(641.327)	-0,04%	7%	
<b>Recursos Garantidores</b>	<b>1.735.879.159</b>	<b>100%</b>	<b>1.790.144.599</b>	<b>100%</b>	<b>3%</b>	

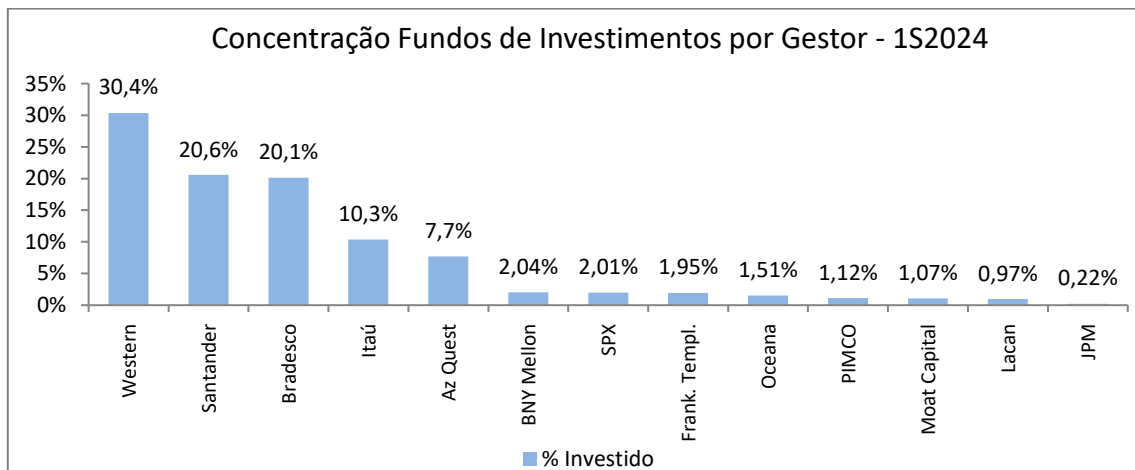
Fonte: Balancete Consolidado -12.2023 e 06.2024 - Value Prev

##### 3.1.1. Distribuição dos Recursos de Investimentos

A gestão dos recursos dos Planos de Benefícios HPE, DXC e +Valor é realizada 100% por gestores terceirizados, por meio de fundos de investimentos (exclusivos e condominiais). De acordo com a Política de Investimentos, que tem o objetivo de fornecer diretrizes para as

estratégias para alocação dos recursos em um horizonte de longo prazo, consta os mandatos e orientações do estudo *ALM - Asset Liability Management ou Cash Flow Matching*, utilizado para atender à parcela de renda vitalícia do plano de benefícios. Para o gerenciamento dos planos, temos o apoio do administrador fiduciário, da consultoria de investimentos para monitoramento e acompanhamento das carteiras, além de demais situações definidas na Política de Investimentos. E por fim, o Manual de Investimentos, que tem o objetivo de apresentar as principais práticas de governança, aspectos e requisitos relacionados à gestão dos recursos dos planos administrados pela Entidade, visando garantir a transparência de suas ações perante os participantes e patrocinadores. Todas essas diretrizes são aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

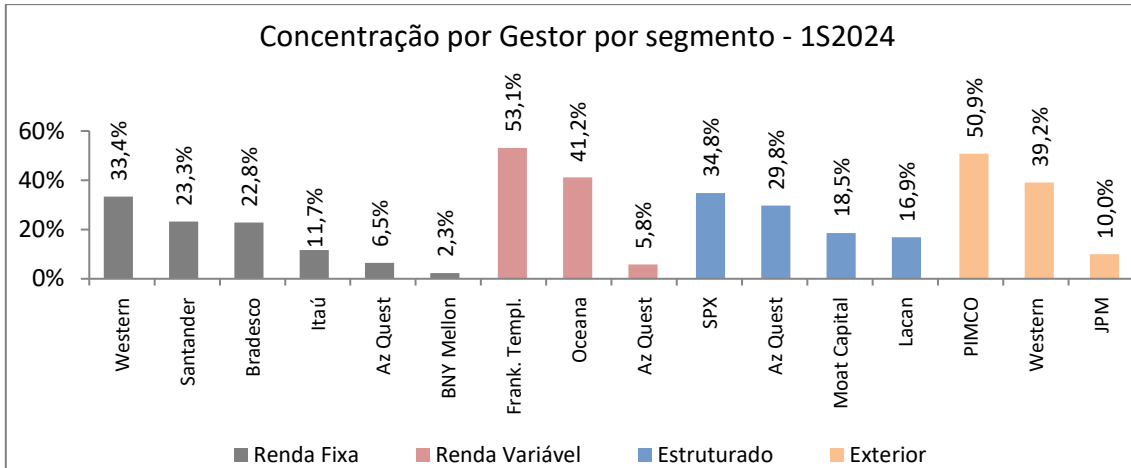
Ao final do semestre os recursos de investimentos, na posição consolidada, eram administrados por doze gestores e uma carteira administrada. Sendo que o gestor Western Asset concentrava cerca de 30,4% do total dos recursos investidos seguido do Santander Asset com 20,6% e Bradesco Asset com 20,1%.



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Carteira Diária de 06.2024 - Value Prev

Segundo a Entidade a concentração dos recursos no gestor Western Asset é composta por três fundos diferentes, dois de renda fixa e um de exterior.

Quando analisamos a distribuição dos recursos de investimentos por gestores e segmentos, podemos constatar no segmento de renda fixa, uma concentração dos recursos de aproximadamente 33,4% sob gestão da Western Asset. No segmento de renda variável, o gestor Franklin Templeton, de gestão passiva, detém cerca de 53,1% dos recursos investidos, no segmento estruturado a maior parte dos recursos é administrado pelo gestor SPX, cerca de 34,8% e no segmento de investimentos no exterior a maior parte dos recursos, cerca de 50,9%, está sob gestão da PIMCO, fundo este sem variação cambial.



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Carteira Diária de 06.2024 - Value Prev

Analisando a distribuição dos recursos investidos da Entidade ao final do semestre, constatamos que o montante estava alocado em dezenove fundos de investimentos e uma carteira administrada. Esses investimentos foram distribuídos entre diversos segmentos e gestores mencionados anteriormente.

RECURSOS DE INVESTIMENTOS - VALUE PREV						
Recurso	Consolidado Posição 2023		Consolidado Posição 1S2024		Variação %	Gestor
	R\$	%	R\$	%		
<b>Títulos Públicos</b>	<b>35.465.255</b>	<b>2,0%</b>	<b>36.476.318</b>	<b>2,1%</b>	<b>3%</b>	<i>BNY Mellon</i>
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>1.699.848.492</b>	<b>97,9%</b>	<b>1.754.132.320</b>	<b>98,8%</b>	<b>3%</b>	-
<b>Renda Fixa</b>	<b>1.447.598.859</b>	<b>83,4%</b>	<b>1.545.555.586</b>	<b>87,0%</b>	<b>7%</b>	-
<i>FI Multi Value Prev CMA I</i>	361.578.717	20,8%	368.279.259	20,7%	2%	<i>Santander</i>
<i>FI RF Crédito Privado Value Prev CMA III</i>	345.269.811	19,9%	366.715.601	20,6%	6%	<i>Western</i>
<i>FI RF Crédito Privado Value Prev SC III</i>	153.023.937	8,8%	161.490.767	9,1%	6%	<i>Western</i>
<i>AZ Quest Luce FICFI RF CP LP</i>	88.543.037	5,1%	91.841.919	5,2%	4%	<i>Az Quest</i>
<i>Itaú Soberano RF Simples FICFI</i>	38.378.301	2,2%	35.160.134	2,0%	-8%	<i>Itaú</i>
<i>Itaú Institucional RF IMA-B 5 FICFI</i>	124.380.219	7,2%	150.153.012	8,5%	21%	<i>Itaú</i>
<i>FI RF Crédito Privado Value Prev CMA II</i>	336.424.836	19,4%	360.710.509	20,3%	7%	<i>Bradesco</i>
<i>AZ Quest Luce Institucional FICFI RF CP LP</i>	-	0,0%	11.204.385	0,6%	100%	<i>Az Quest</i>
<b>Renda Variável</b>	<b>69.611.703</b>	<b>4,0%</b>	<b>65.885.039</b>	<b>3,7%</b>	<b>-5%</b>	-
<i>FI Ações Value Prev IBx Ativo</i>	35.877.175	2,1%	34.975.317	2,0%	-3%	<i>Frank. Templ.</i>
<i>Vinci Selection Equities FI em Ações*</i>	4.170.619	0,2%	-	0,0%	-100%	<i>Vinci</i>
<i>Oceana Valor 30 FICFI de Ações</i>	29.563.909	1,7%	27.119.913	1,5%	-8%	<i>Oceana</i>
<i>AZ Quest Small Mid Caps Institucional FICFIA</i>	-	-	3.789.808	0,2%	100%	<i>Az Quest</i>
<b>Estruturado</b>	<b>139.812.290</b>	<b>8,1%</b>	<b>103.142.771</b>	<b>8,6%</b>	<b>-26%</b>	-
<i>SPX Nimitz Estruturado FICFI Multi</i>	35.015.951	2,0%	35.901.849	5,3%	3%	<i>SPX</i>
<i>Safra Galileo FICFI Multi</i>	29.629.138	1,7%	-	0,0%	-100%	<i>Safra</i>
<i>Lacan Florestal III FEEDER FI em Partic. Multiestratégia</i>	14.144.479	0,8%	17.390.033	0,0%	23%	<i>Lacan</i>
<i>AZ Quest Multi Max FICFI Multi</i>	30.015.574	1,7%	30.724.538	1,6%	2%	<i>Az Quest</i>
<i>Moat Capital Equity Hedge FICFI Multi</i>	23.712.917	1,4%	19.126.351	1,8%	-19%	<i>Moat Capital</i>
<i>Itaú Hedge Plus Multi FICFI*</i>	7.294.231	0,4%	-	0,0%	-100%	<i>Itaú</i>
<b>Exterior</b>	<b>42.825.641</b>	<b>2,5%</b>	<b>39.548.925</b>	<b>2,2%</b>	<b>-8%</b>	-
<i>BB Multi Global Select Equity IE FI</i>	9.870.782	0,6%	3.952.843	0,2%	-60%	<i>JPM</i>
<i>PIMCO Income FI Multi IE</i>	16.591.878	1,0%	20.110.764	1,1%	21%	<i>PIMCO</i>
<i>Western Asset Macro Opportunities FIM IE</i>	16.362.981	0,9%	15.485.318	0,9%	-5%	<i>Western</i>
<b>Investimentos</b>	<b>1.735.313.747</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.790.608.638</b>	<b>100,0%</b>	<b>3%</b>	-

Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Carteira Diária de 06.2024 - Value Prev

\*Foi pedido o resgate total dos fundos ao final do exercício de 2023, no entanto, devido ao prazo para a cotização a liquidação financeira ocorreu no primeiro semestre de 2024.

Ao analisar as variações percentuais dos fundos de investimento, observamos que os fundos de renda fixa apresentaram os maiores crescimentos, enquanto os fundos estruturados registraram as maiores quedas em relação ao período anterior.

Os fundos Vinci Selection Equities FI e Itaú Hedge Plus Multi FICFI tiveram retirada de 100% de suas alocações durante o segundo semestre de 2023, sendo que no caso do Vinci Selection Equities FI e Itaú Hedge Plus Multi FICFI o pedido de retirada foi realizado no segundo semestre de 2023 e a liquidação foi efetivada no início de 2024. O fundo Safra Galileo FICFI Multi sofreu resgate de 100% de suas alocações em março de 2024. Todos os resgates foram feitos pela baixa performance.

As variações de alocações entre os fundos de investimentos estão dentro do esperado e fazem parte das estratégias de investimentos da Entidade.

### 3.2. ENQUADRAMENTO E GESTÃO DE RISCOS DE INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução CMN N.º 4.994, de 2022, a EFPC deve adotar regras, procedimentos e controles internos que garantam a observância dos limites, requisitos e demais disposições estabelecidas no referido normativo, considerando o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada plano por ela administrado.

Além disso, a Entidade deve definir a Política de Investimentos para a alocação dos recursos de cada plano de benefício que administra. Cada Política deve conter definições como: a alocação de recursos; os limites por segmento de aplicação; os limites por modalidade de investimento; os limites por emissor; a utilização de instrumentos derivativos; bem como os procedimentos e critérios para a avaliação e acompanhamento dos riscos de investimentos.

Segundo o Guia Previc Melhores Práticas em Investimentos, os limites máximos e mínimos planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos, na vigência das Políticas de Investimentos, devem ser efetivamente representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, sendo, portanto, mais restritivos do que a legislação vigente.

Para atender aos requisitos de enquadramento da Resolução CMN N.º 4.994, de 2022, demais legislações e Políticas de Investimentos, a Entidade conta com o serviço de administração fiduciária e custódia centralizada. Uma de suas funções é impedir a aplicação de fundos exclusivos em ativos não autorizados pela legislação, pelo regulamento do fundo e pelas Políticas de Investimentos, ou que levem a extrapolação de qualquer dos limites descritos nestes documentos.

A Entidade monitora estas aplicações por meio de relatórios fornecidos pelo Administrador Fiduciário e é alertada sempre que ocorrem desenquadramento. Eventuais desenquadramentos são objeto de análise da Entidade juntamente com o gestor a fim de se determinar um plano de ação.

As Políticas de Investimentos vigentes no ano de 2024 estão adequadas aos limites estabelecidos pela Resolução CMN N.º 4.994, de 2022.

A seguir estão demonstrados o resumo dos enquadramentos e acompanhamento dos riscos da carteira de investimentos da Entidade, na posição de junho de 2024.

### 3.2.1. Alocação e Concentração

As alocações dos recursos são direcionadas de acordo com a Política de Investimentos elaborada levando em consideração a modalidade do plano, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico.

Os limites de alocação e concentração foram apurados e acompanhados por meio dos relatórios fornecidos, mensalmente, pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM. O quadro abaixo demonstra os limites de alocação e concentração, para visualização da conformidade com os limites legais e Políticas de Investimentos.

Sendo assim, ao final do semestre os recursos garantidores da Entidade estavam distribuídos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, estruturado e exterior de acordo com as classificações da Resolução CMN N.º 4.994, de 2022.

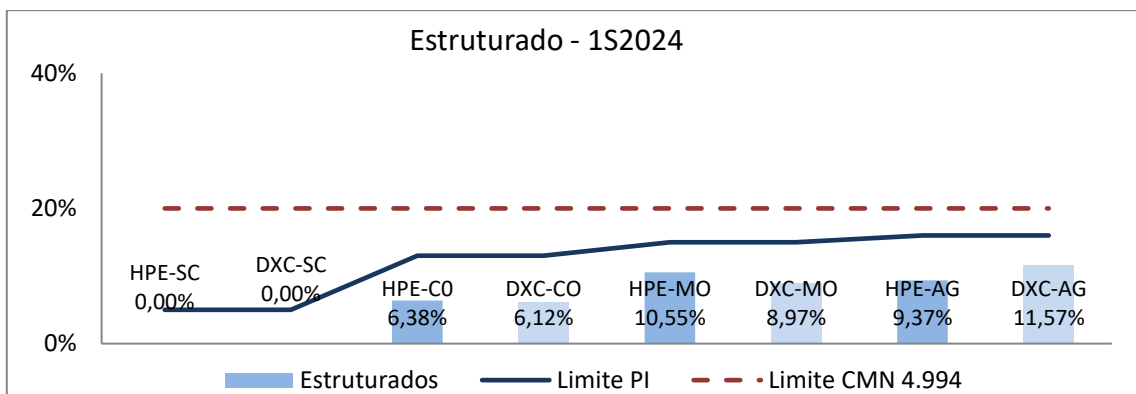
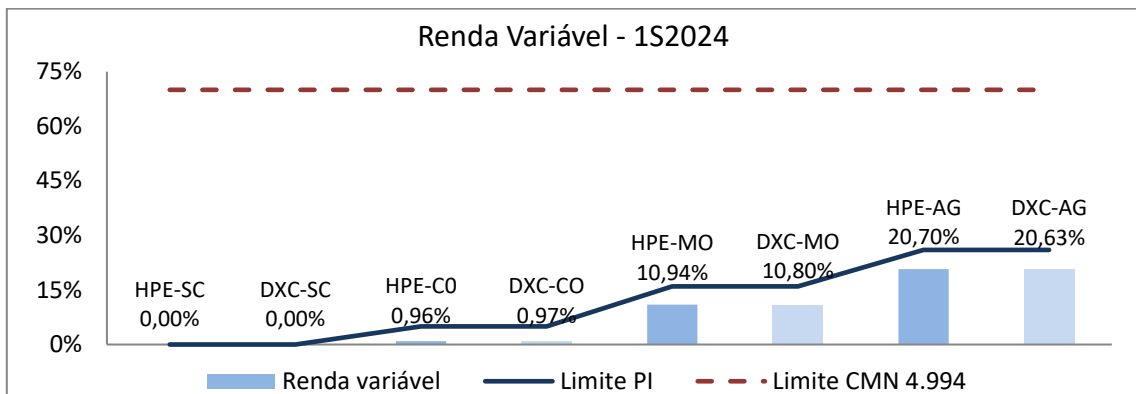
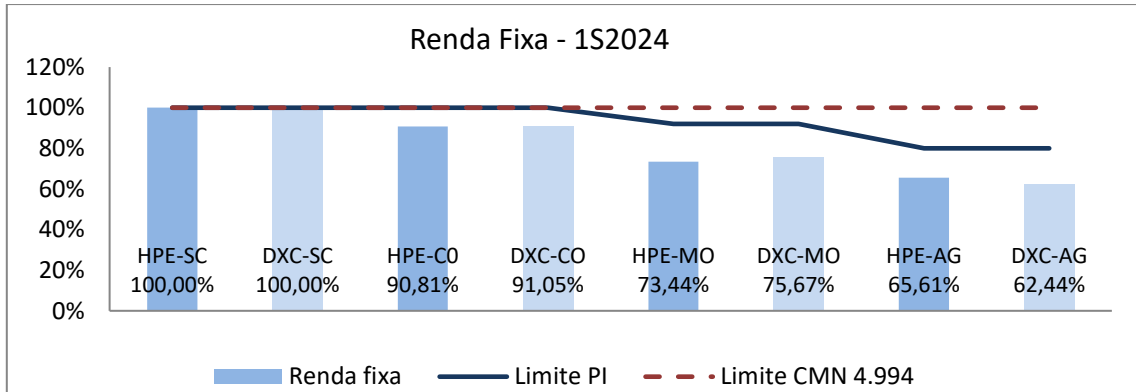
ALOCAÇÃO E CONCENTRAÇÃO - POR SEGMENTO – PLANOS				
Segmento de Aplicação	Lim. Legal	HPE Posição 1S2024 %	DXC Posição 1S2024 %	+Valor Posição 1S2024 %
Renda fixa	100%	88,51%	84,76%	92,53%
Renda variável	70%	3,50%	5,60%	1,60%
Estruturado	20%	5,87%	6,81%	4,01%
Exterior	10%	2,12%	2,83%	1,88%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	0,00%	0,00%

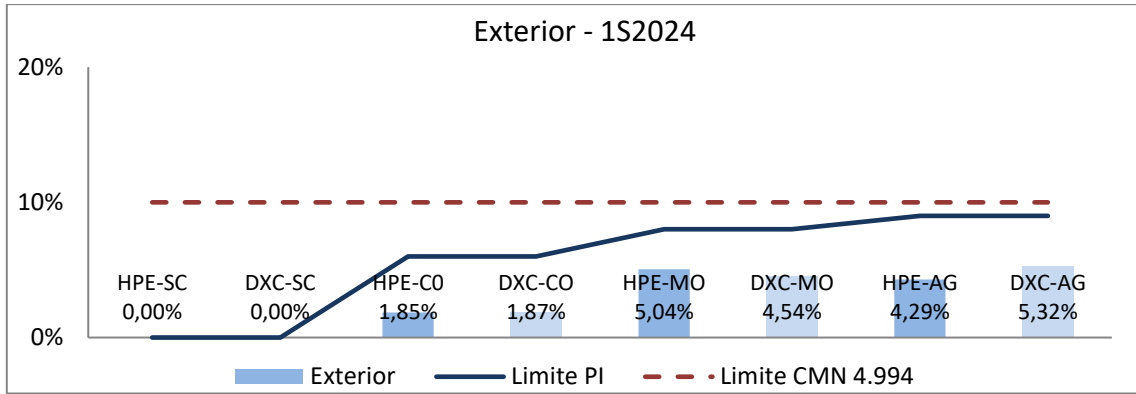
Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM – Relatório Enquadramento de 06.2024

Analisando os relatórios mensais de enquadramento, consolidados por plano e por perfil, fornecidos pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM, constatamos que não houve desenquadramentos em relação aos limites de alocação e concentração por segmento ou por veículo de investimento, assim como por emissor e derivativo - arts. 21 ao 28 e art. 30 da Resolução CMN N.º 4.994, de 2022. Foram analisados, também, os códigos *ISIN* dos

títulos e valores mobiliários, conforme art. 18 da mesma Resolução e as vedações previstas no art. 36.

Além disso, são acompanhados os enquadramentos por perfil de investimentos dos Planos de Benefícios HPE, DXC e +Valor, sendo que ao final do semestre, na posição de junho, se apresentavam de acordo com os gráficos a seguir:





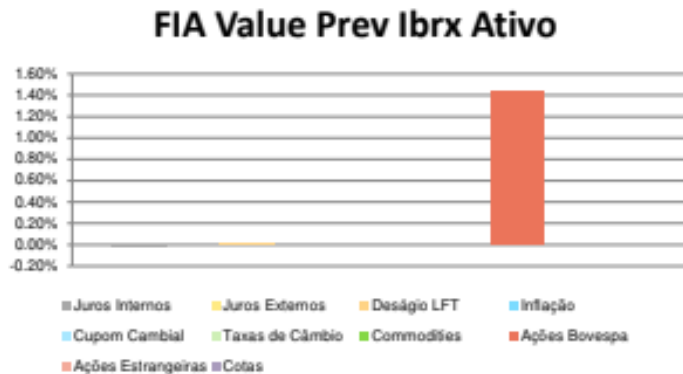
Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 06.2024

Durante o primeiro semestre, não foram identificados desenquadramentos em relação a concentração e alocação em nenhum dos perfis nos segmentos de aplicação.

### 3.2.2. Risco de Mercado

Segundo o art. 10 da Resolução CMN N.º 4.994, de 2022, as EFPCs devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos.

De acordo com o acompanhamento de risco de mercado realizado mensalmente pelo administrador fiduciário BNY Mellon DTVM e conforme os limites definidos na Política de Investimentos, não houve desenquadramento durante o primeiro semestre.



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance - 06.2024 - BNY MELLON

O fundo de Investimento em Ações Value Prev IBRX Ativo é um fundo de ações, cujo fator de risco é IBRX - 100, com risco abaixo de 2%, em junho de 2024 e risco apurado por *tracking error* de 0,12%.

Os fundos FIM Value Prev CMA I, RF Cred Priv. Value Prev CMA II, FIRF Cred Priv. Value Prev CMA III, FIRF Cred Priv. Value Prev SC III não apresentaram exposição ao risco de mercado em junho de 2024.

### 3.2.3. Risco de Crédito

O controle do risco de crédito se baseia nas classificações de *rating* proferidas pelas agências de *rating* autorizadas a funcionar no Brasil, conforme classificação abaixo, na data

da respectiva aquisição. Caso mais de uma agência classifique o mesmo ativo ou emissor, deverá ser considerado o rating mais conservador.

Nível de Risco Considerado	Rating
Baixo	De AAA a AA-
Médio	De A+ a BBB-
Alto	De BB+ ao mínimo

Fonte: PI dos Planos de Benefícios 2024 - Value Prev

A alocação em títulos com risco de crédito é monitorada com base nos seguintes limites:

- **Fundos Exclusivos:** só é permitido aplicar em ativos privados categorizados como Grau de Investimento (*Investment Grade*), considerados de baixo ou médio risco de crédito e cuja classificação de risco seja realizada por uma das seguintes agências: *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings*, *Moody's* e *SR Rating*.
- **Fundos Condominiais:** dado que os fundos condominiais não possuem restrições de agências determinadas em seu Regulamento, não há restrição por classificação de *rating* dos ativos em carteira. No entanto, a Entidade observará os tipos de ativos investidos e se estão enquadrados na Resolução CMN N.º 4994, de 2022.

Ao final do semestre, segundo os relatórios emitidos pela consultoria PPS - *Portfolio Performance*, na posição de junho, a Entidade não estava enquadrada em relação ao risco de crédito, pois apresentava ativos de alto risco em seus fundos de investimentos exclusivos: FI Multimercado Crédito Privado Value Prev CMA I, FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev CMA II, FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev CMA III e FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev SC III.

Ativo classificados como alto risco de crédito - Fundos Exclusivos - 06/2024	
Fundo	Ativo
FI Multimercado Crédito Privado Value Prev CMA I (1º Nível)	Debênture Americanas
	Debênture Light Serviços Eletricidade
FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev CMA III (1º Nível)	Debênture Via Varejo
	Debênture Americanas

Fonte: PPS - *Portfolio Performance* - 06.2024 - Value Prev

No caso das Lojas Americanas e Light Serviços Eletricidade o desenquadramento ocorreu de forma passiva a partir de janeiro de 2023 por causa do rebaixamento de *rating* das debêntures das Lojas Americanas e a partir de fevereiro de 2023, também, de forma passiva, por causa do rebaixamento do *rating* das debêntures e das cotas do FIDC da Light Serviços Eletricidade. No caso da Via Varejo o desenquadramento ocorreu em 29/04/2024 quando a agência S&P rebaixou o *rating*.

A seguir estão transcritas e/ou adaptadas as informações sobre os desenquadramentos passivos, no primeiro semestre, extraídas do documento Atualização dos Desenquadramentos Passivos 1 sem.2024, elaborado pela Diretoria Executiva.

## COMENTÁRIOS DA DIRETORIA EXECUTIVA

### "Lojas Americanas

*A recuperação judicial da Americanas S.A., iniciada em 2023, continuou a ser um dos principais focos do mercado financeiro brasileiro no primeiro semestre de 2024. A empresa, ainda em busca de estabilidade financeira, enfrentou diversos desafios e avanços neste período.*

*Principais acontecimentos do 1º semestre de 2024: Homologação do Plano de Recuperação Judicial: Um dos marcos mais importantes foi a homologação do plano de recuperação judicial, aprovado pela maioria dos credores no final de 2023. Essa etapa formalizou as medidas que a empresa adotaria para honrar suas dívidas e retomar as operações.*

*Desafios na Implementação: Apesar da homologação, a implementação do plano de recuperação enfrentou desafios. A empresa precisou lidar com a necessidade de vender ativos, renegociar contratos e ajustar sua estrutura de custos.*

*Impacto nos Negócios: As operações da Americanas continuaram sendo afetadas pela crise. A empresa precisou fechar algumas lojas, demitir funcionários e renegociar contratos com fornecedores.*

*Investigações em Andamento: As investigações sobre as causas do rombo bilionário e as responsabilidades dos envolvidos seguiram em curso. As autoridades buscaram apurar as irregularidades contábeis e identificar os responsáveis.*

*Incertezas sobre o Futuro: A recuperação judicial da Americanas é um processo complexo e de longo prazo. As incertezas sobre o futuro da empresa persistiram, com investidores e analistas monitorando de perto a evolução da situação. O primeiro semestre de 2024 foi marcado por avanços e desafios na recuperação judicial da Americanas. A homologação do plano de recuperação foi um passo importante, mas a empresa ainda enfrenta um longo caminho pela frente. A situação continua sendo monitorada de perto por todos os stakeholders envolvidos e a Entidade segue acompanhando.*

*Acompanhamento e Relatórios: Desde a tomada da decisão, a Entidade tem acompanhado de forma mensal a evolução do caso. Para tanto, a Entidade recebe relatórios periódicos por parte dos gestores, que contêm informações atualizadas sobre o andamento do processo, as principais decisões tomadas e os desafios encontrados.*

### Light S.A

A Entidade tem acompanhado de forma mensal a evolução do caso Light S.A. Para tanto, a Entidade recebe relatórios periódicos por parte dos gestores, que contêm informações atualizadas sobre o andamento do processo, as principais decisões tomadas e os desafios encontrados. O processo de recuperação judicial da Light S.A. ainda não foi finalizado. A empresa e seus credores continuam em negociações para definir um plano de pagamento das dívidas que seja viável e sustentável para ambas as partes.

### Via Varejo (Casas Bahia S.A.)

O Grupo Casas Bahia S.A solicitou a recuperação extrajudicial no dia 28 de abril de 2024. Essa medida visa renegociar uma dívida que ultrapassa R\$ 4,1 bilhões e estender os prazos para o pagamento.

Por que a Recuperação Extrajudicial? Dívida Elevada, a principal razão para o pedido foi a alta dívida da empresa, que se tornou insustentável no curto prazo.

Cenário Econômico Desfavorável: A crise econômica global e a alta taxa de juros no Brasil contribuíram para a dificuldade das empresas em honrar seus compromissos financeiros. Consequências do Rombo na Americanas: O escândalo contábil da Americanas, ocorrido em 2023, afetou a confiança dos investidores no setor varejista e dificultou o acesso ao crédito para muitas empresas, incluindo a Casas Bahia.

Comentários do único gestor que tinha uma pequena parcela em Via Varejo “ Entendemos que a companhia tem condições de honrar as novas condições de pagamento de sua dívida, tendo em vista que a carência de juros e principal, em conjunto com as medidas do plano de reestruturação operacional, uma vez implementado, devem colaborar positivamente para a geração de caixa da companhia nos próximos anos, de modo que, no momento do pagamento de suas novas obrigações financeiras, a companhia deve estar com indicadores operacionais e de liquidez mais favoráveis.

Decisão de investimento da Western Asset: Dada a ausência de liquidez e o patamar de marcação atual (26/04/24), que reflete haircut superior ao implícito no plano de Recuperação Extrajudicial e tratando-se de um Plano que já nasce com aprovação da maioria dos credores quirografários financeiros (tendo bancos como parceiros do alongamento), a Western Asset tomou a decisão de engajar-se, neste momento, nas AGDs e acompanhar o rito proposto pela empresa no processo de Recuperação Extrajudicial. No entanto, apesar de vislumbrar recovery superior via plano (por ter apenas haircut implícito), permanecemos ativos na busca de alternativas para nos desfazer do ativo de modo a contornar a situação. Entendemos que

o protocolo do plano de RE implicará em novos rebaixamentos pelas agências de risco. A Entidade segue acompanhando com atualizações tempestiva por parte do gestor.”

### 3.3. RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

A Resolução CMN N.º 4.994, de 2022, exige que as EFPCs definam a taxa mínima atuarial e os índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios e as metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

#### 3.3.1. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos exclusivos

GESTOR	BNYM	META	WESTERN ASSET	SANTANDER	BRADESCO	WESTERN ASSET	META	FRANKLIN	META
FUNDO	HP ALM	IPCA + 4,5%	FUNDO SC III	FUNDO CMA I	FUNDO CMA II	FUNDO CMA III	IMA-S	FUNDO AÇÕES II	IBrX-100
<b>1S2024</b>	<b>↑ 5,73%</b>	<b>4,76%</b>	<b>↑ 5,43%</b>	<b>↑ 5,49%</b>	<b>↑ 5,51%</b>	<b>↑ 5,44%</b>	<b>5,32%</b>	<b>↑ -7,15%</b>	<b>-7,20%</b>
jan/24	1,06%	0,79%	1,01%	1,04%	1,05%	1,02%	0,99%	-4,51%	-4,51%
fev/24	1,00%	1,20%	0,81%	0,85%	0,85%	0,76%	0,82%	0,94%	0,96%
mar/24	1,03%	0,53%	0,88%	0,89%	0,89%	0,91%	0,86%	-0,72%	-0,73%
abr/24	0,71%	0,75%	0,88%	0,89%	0,91%	0,79%	0,90%	-1,34%	-1,34%
mai/24	0,95%	0,83%	0,88%	0,84%	0,86%	0,91%	0,83%	-3,17%	-3,18%
jun/24	0,84%	0,58%	0,86%	0,85%	0,83%	0,93%	0,81%	1,57%	1,51%

Fonte: Sistema Previdencial da Entidade

Com relação aos fundos exclusivos, observa-se que todos os gestores encerraram o semestre acima de seus respectivos *benchmarks*.

#### 3.3.2. Rentabilidade das cotas por perfil e por plano

Perfil	HPE		DXC		+VALOR	
	NOM	REAL	NOM	REAL	NOM	REAL
Super Cons.	5,20%	2,65%	5,14%	2,59%		
Conservador	4,58%	2,04%	4,57%	2,04%	4,49%	1,96%
Moderado	3,16%	0,66%	2,98%	0,49%		
Agressivo	1,69%	-0,77%	1,51%	-0,95%		

Fonte: Sistema Previdencial da Entidade - TRUST

Em relação aos perfis de investimentos oferecidos pela Entidade, notamos que todos os perfis, superaram o índice Ibovespa e IPCA ao final do semestre, exceto o perfil Agressivo quando comparado ao IPCA. Em relação ao CDI todos eles obtiveram resultados abaixo desse índice ao final do período. O Superconservador teve a parcela IMAB5 performando abaixo do CDI. Os demais perfis, além da parcela IMAB5, renda variável e multimercados também performaram bem abaixo do CDI.

Ao analisarmos os resultados dos investimentos, é importante compará-los, também, com os principais índices de mercado, além das metas definidas nas Políticas de Investimentos.

Índices de Mercado - Acumulado até junho 2024		
CDI	IBOVESPA	IPCA
5,22%	-7,66%	2,48%

### 3.4. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

No capítulo **Gestão dos Recursos** estão relatados os principais pontos do processo de investimento e dos ativos: sua composição, seus limites e seus riscos. O que não está objetivamente descrito aqui foi analisado nos documentos listados no item 10 deste Relatório. Destaque para concentração nas aplicações de menor risco, prefixadas, títulos públicos que facilitam a gestão dos negócios.

Desta forma, com base nas informações analisadas e comentários da Diretoria Executiva, este Conselho Fiscal conclui que a gestão dos recursos garantidores está enquadrada e aderente à legislação vigente e às Políticas de Investimentos, exceto pelo mencionado no item 3.2.3, deste relatório. Além disso, ficou evidenciado que a Diretoria Executiva monitora e acompanha seus resultados periodicamente.

Entendemos que o ponto de atenção e monitoramento n.º M.3.2.3.>1/2S2023, emitido no RMCF2S2023, foi encerrado neste semestre.

**Manifestação do Conselho Fiscal: Não são necessárias recomendações e/ou pontos de atenção e monitoramento** referentes a este item à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo para o semestre em análise.

A seguir, apresentamos o resumo das manifestações emitidas em semestres anteriores que permanecem em acompanhamento ou foram encerradas neste semestre:

Manifestação	Número da Manifestação	Descrição	Prazo
Atenção e Monitoramento	<a href="#">M.3.2.3.&gt;1/2S2023</a>	<b>Manteremos em atenção e monitoraremos</b> a resolução do desenquadramento ativo ocorrido no fundo FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev CMA II .	RMCF 1S2024

Fonte: RMCF semestres anteriores - Value Prev

O acompanhamento das manifestações emitidas em semestres anteriores pode ser consultado no item 8.1 deste relatório ou, na íntegra, no relatório a que se refere.

## 4. GESTÃO DO PASSIVO

### 4.1. EVOLUÇÃO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da Entidade é composto por duas variáveis, o Patrimônio de Cobertura do Plano e os Fundos. Este Conselho Fiscal verificou, por meio dos balancetes consolidados, os saldos do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do plano e dos fundos da Entidade no semestre.

Ao final do semestre foram apresentados os seguintes valores e suas variações em relação ao exercício de 2023.

PATRIMÔNIO SOCIAL - VALUE PREV			
Conta	Posição 2023 R\$	Posição 1S2024 R\$	Variação %
<b>Patrimônio social</b>	<b>1.737.284.269</b>	<b>1.791.196.967</b>	<b>3%</b>
<b>Fundos</b>	<b>21.161.148</b>	<b>22.367.481</b>	<b>6%</b>
Previdenciais	16.551.328	17.691.454	7%
Administrativos	4.609.821	4.676.027	1%
<b>Patrimônio de cobertura do Plano</b>	<b>1.716.123.121</b>	<b>1.768.829.486</b>	<b>3%</b>

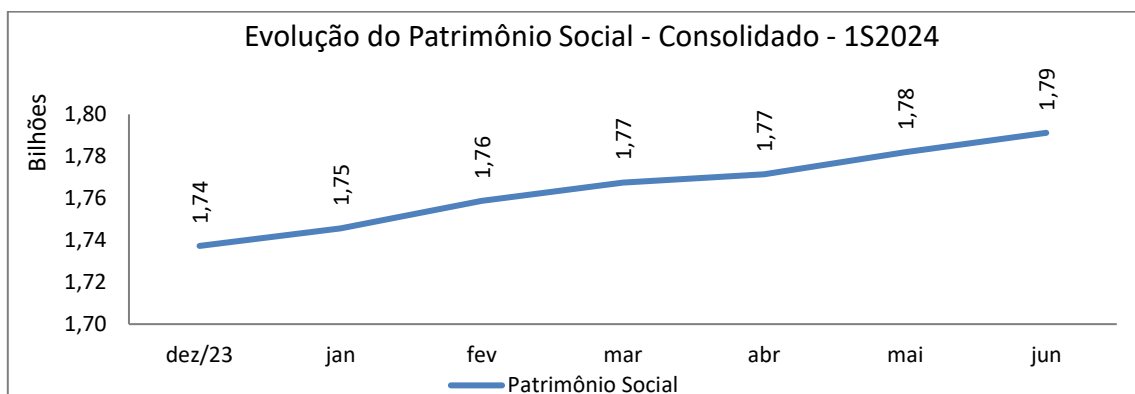
Fonte: Balancete Consolidado - 12.2023 e 06.2024 - Value Prev

Ao compararmos o patrimônio social do primeiro semestre de 2024 em relação ao exercício de 2023, nota-se o aumento de cerca de 3% dos fundos, onde os previdenciais aumentaram aproximadamente 7% e os administrativos em 1%.

Segundo a Diretoria Executiva, o aumento do fundo previdencial "se deu, devido ao número de participantes desligados que solicitaram resgates e o saldo da Patrocinadora foi revertido para o fundo previdencial".

A evolução apresentada pelo Patrimônio Social da Entidade, no período, foi de aproximadamente 3% positiva, equivalente a cerca de R\$ 54 milhões, quando compararmos com o exercício 2023.

Assim, em junho, o Patrimônio Social apresentava cerca de R\$ 1,79 bilhão.

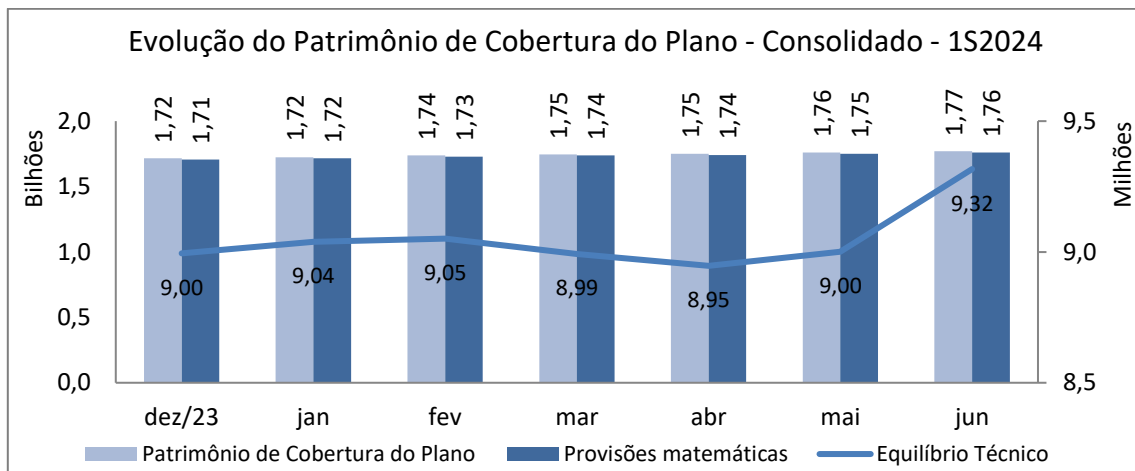


Fonte: Balancete Consolidado - mensal - 12.2023 e 1S2024 - Value Prev

#### 4.1.1. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura do Plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico. As Provisões Matemáticas são os compromissos da Entidade em relação aos seus participantes, o que corresponde à soma de benefícios concedidos e a conceder. Já o Equilíbrio Técnico demonstra os resultados realizados, ou seja, superávit/déficit técnico acumulado.

O patrimônio de cobertura do plano, consolidado, da Entidade evoluiu da seguinte forma durante o semestre.



Fonte: Balancete Consolidado - mensal - 12.2023 e 1S2024 - Value Prev

#### Saldo ao final do semestre do Equilíbrio Técnico dos Planos de Benefícios – R\$ Mil

Plano	2023	1S2024	Varição
HPE	8,92	9,23	4%
DXC	0,08	0,08	6%
+VALOR	-	-	-
<b>Total Consolidado</b>	<b>9,00</b>	<b>9,32</b>	<b>4%</b>

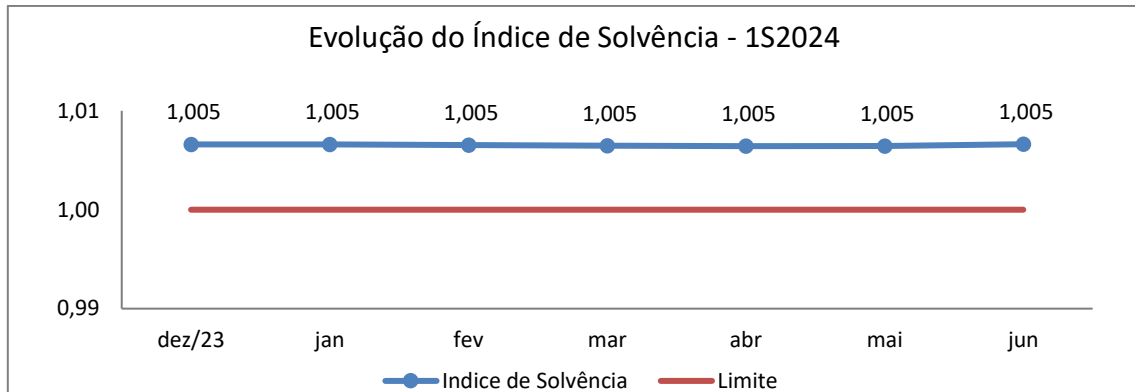
Fonte: Balancete Consolidado - 12.2023 e 06.2024 - Value Prev

Ao final do semestre, o plano consolidado apresentava aproximadamente R\$ 1,77 bilhão de patrimônio de cobertura do plano, demonstrando uma evolução positiva e superior às provisões matemáticas de aproximadamente de R\$ 1,76 bilhão apurando um superávit técnico de cerca de R\$ 9,32 milhões.

#### 4.1.2. Solvência

A Solvência de um plano é definida pelo patrimônio de cobertura do plano dividido pelas provisões matemáticas, que representa a capacidade que os recursos do plano têm de fazer frente às provisões matemáticas e gerar um excedente (superávit) ou apresentar carência de valores para sua cobertura (déficit). O acompanhamento da solvência é essencial para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações assumidas pelos planos de benefícios

definidos e estabelecer correções de rotas, seja por meio de revisão nas contribuições, revisão nas Políticas de Investimentos ou na aderência das hipóteses atuariais.



Fonte: Balancete Consolidado - mensal - 12.2023 e 1S2024 - Value Prev

De acordo com as informações apuradas por meio dos balancetes consolidados, durante semestre, os planos administrados pela Entidade encontram-se solventes e equilibrados no que diz respeito aos seus compromissos junto aos seus participantes.

Conforme gráfico acima, os índices de solvência estão sempre acima a 1,00 o que quer dizer que existem valores para cobertura dos compromissos do plano suficientes para cobrir as provisões matemáticas no período.

#### 4.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

Durante o segundo semestre de 2023, foi iniciada a Avaliação Atuarial do ano de 2023, válida para o exercício de 2024 e em fevereiro foi emitido, pela consultoria atuarial Mirador e aprovado pelo Conselho Deliberativo, em março, o Parecer Atuarial com os resultados da Avaliação Atuarial e Plano de Custeio válidos para o exercício de 2024.

O detalhamento dos resultados, incluindo as premissas e hipóteses atuarias, métodos de financiamento, massa de participantes, plano de custeio, entre outros aspectos, pode ser consultado, na íntegra, no Parecer Atuarial referente ao exercício de 2023

A seguir foi transcrita e/ou adaptada à conclusão do Parecer Atuarial emitido pela Mirador para cada um dos planos.

##### Plano de Benefícios HPE

Em 31/12/2023, no que tange ao Grupo HPE, o plano de benefícios HPE apresentou um superávit técnico acumulado de R\$ 8.915.571,01 equivalente a 26,2134% das provisões matemáticas BD. Por extrapolar o limite de Reserva de Contingência de 18,0637% das provisões matemáticas em Benefício Definido, há necessidade de formação de Reserva Especial, porém sem obrigatoriedade de destinação de superávit, pois se trata do segundo ano de formação de reserva especial.

Em 31/12/2023 no que tange à patrocinadora Micro Focus, o plano de benefícios HPE apresentou um superávit técnico acumulado de R\$ 516,30, equivalente a 184,5181% das suas Provisões Matemáticas BD. Por extrapolar o limite de Reserva de Contingência de 18,0637% das provisões matemáticas em Benefício Definido, há necessidade de formação de Reserva Especial, porém sem obrigatoriedade de destinação de superávit, pois se trata do primeiro ano de formação de reserva especial.

#### Plano de Benefícios DXC

Em 31/12/2023, o plano de benefícios DXC apresentava equilíbrio técnico positivo, superior aos limites máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes. Dessa forma, foi constituída uma Reserva Especial no valor de R\$ 6.513,09. Por se tratar do terceiro ano consecutivo de formação de reserva especial, fica obrigatória a elaboração e aprovação de Plano de Destinação de Superávit Técnico durante o exercício de 2024, dentro dos preceitos da nova Resolução Previc N.º 23, de 2023, vigente a partir de setembro/2023.

### **4.3. DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO**

A Resolução Previc N.º 23, de 2023, revogou a Instrução Normativa Previc N.º 39, de 2021, e passou a estabelecer os dados a serem enviados à Previc em seu Capítulo XII, e as Normas Procedimentais para o Envio das Estatísticas de População e de Benefícios na Seção IV (arts. 369 ao 374).

A referida Resolução estabelece em seu art. 371 que “o demonstrativo estatístico tem periodicidade anual e deve: I - consolidar as informações de população e de benefícios relativas aos meses do ano de referência; e II - ser enviado até o último dia do mês de fevereiro do ano subsequente”.

Os dados do Demonstrativo Estatístico relativos ao exercício de 2024 serão demonstrados no relatório de manifestação deste Conselho Fiscal referente ao segundo semestre de 2024.

### **4.4. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

No capítulo **Gestão do Passivo** estão relatados: a evolução do patrimônio de cobertura do plano, os resultados dos planos, o resultado da avaliação atuarial e o plano de custeio para o ano vigente.

Os resultados apurados ao final do semestre são superavitários, para aqueles estruturados na modalidade de benefício definido, e encontram-se solventes.

Desta forma, com base nas informações analisadas e comentários da Diretoria Executiva este Conselho Fiscal conclui que a gestão do passivo está enquadrada e aderente à legislação

vigente e aos perfis dos planos, além disso, ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

Entendemos que o ponto de atenção e monitoramento n.º M.5.2.2.>1/2S2023, emitido no RMCF2S2023 será analisado no relatório do 2º semestre de 2024 deste Conselho, devido ao prazo de entrega do relatório estatístico da Previc ter mudado para entrega anual.

**Manifestação do Conselho Fiscal: Não são necessárias recomendações** referentes a este item à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo para o semestre em análise. No entanto, **manteremos em atenção e monitoramento:**

- A recomendação da consultoria Atuarial para a elaboração e aprovação de Plano de Destinação de Superávit Técnico durante o exercício de 2024. Ponto de Atenção e Monitoramento n.º M.4.2.>1/1S2024.

A seguir, apresentamos o resumo das manifestações emitidas em semestres anteriores que permanecem em acompanhamento ou foram encerradas neste semestre:

Manifestação	Número da Manifestação	Descrição	Prazo
Atenção e Monitoramento	M.5.2.2.>1/2S2023	<b>Manteremos em atenção e monitoraremos</b> a resolução das divergências entre o sistema interno da Entidade e o Demonstrativo Estatístico enviado à Previc para o próximo semestre.	RMCF 1S2024

Fonte: RMCF semestres anteriores - Value Prev

O acompanhamento das manifestações emitidas em semestres anteriores pode ser consultado no item 8.1 deste relatório ou, na íntegra, no relatório a que se refere.

## 5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Resolução CNPC N.º 48, de 2021, válida a partir de 1º de janeiro de 2022, substitui a Resolução CGPC N.º 29, de 2009, e dispõe sobre as fontes e os limites para custeio administrativo, além dos critérios e controles relativos às despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

O art. 7º da referida Resolução estabelece que as fontes de custeio administrativo passíveis de inclusão no orçamento anual, os critérios quantitativos e qualitativos para a realização das despesas administrativas, e os indicadores de gestão definidos em seu art. 9º, devem estar expressamente previstos no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A mesma Resolução estabelece, em seu art. 10, que o Conselho Deliberativo, ou outra instância estatutária competente da EFPC, deve definir as fontes de custeio administrativo por ocasião da aprovação do orçamento anual. Essas fontes devem estar expressamente previstas no plano de custeio; assim como devem ser fixados os critérios quantitativos e qualitativos para a realização das despesas administrativas, e os indicadores de gestão para o acompanhamento e avaliação objetiva da evolução dessas despesas administrativas, incluindo suas metas.

O art. 11 dessa Resolução define que o Conselho Fiscal da EFPC deve acompanhar e controlar a execução orçamentária, observando os critérios quantitativos e qualitativos e os indicadores de gestão das despesas administrativas e suas respectivas metas. O parágrafo único atribui ao Conselho Fiscal o dever de se manifestar sobre o disposto no caput por ocasião da elaboração do relatório de controle interno, em consonância com o inciso I do art. 19 da Resolução CGPC N.º 13, de 2004.

Complementarmente, o art. 28 da Resolução CNPC N.º 43, de 2021, estabelece que cabe ao Conselho Fiscal o acompanhamento do controle dos valores utilizados/destinados do fundo administrativo, atualizado pelo administrador responsável pelo plano de benefícios - ARPB, além do registro em seu relatório semestral de controles internos.

Ressalte-se que a Entidade possui regulamento próprio para o Plano de Gestão Administrativa - PGA, revisado em novembro de 2022, e, anualmente, a Diretoria Executiva propõe o orçamento para a aprovação do Conselho Deliberativo.

Os valores apresentados neste item foram obtidos do orçamento geral aprovado para o ano de 2024 e dos balancetes consolidados do exercício.

## 5.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS ORÇADOS VERSUS REALIZADOS

A seguir estão demonstrados os quadros, na posição de junho, do acompanhamento do orçamento da Gestão Previdencial e Gestão Administrativa.

Os acompanhamentos do orçamento são elaborados mensalmente com reportes aos Conselhos Deliberativo e Fiscal em suas reuniões ordinárias.

### 5.1.1. Gestão Previdencial

GESTÃO PREVIDENCIAL	Orçado 1S2024	Realizado 1S2024	Diferença	Varição
<b>ADIÇÕES PREVIDENCIAIS</b>	<b>22.824.116</b>	<b>24.284.715</b>	<b>1.460.599</b>	<b>6%</b>
ADIÇÕES	22.824.116	19.601.251	3.222.865	-14%
PORTABILIDADE INTERNA		4.683.464	-4.683.464	100%
<b>DEDUÇÕES PREVIDENCIAIS</b>	<b>30.859.738</b>	<b>43.379.231</b>	<b>12.519.492</b>	<b>41%</b>
DEDUÇÕES	30.859.738	38.695.767	7.836.028	25%
PORTABILIDADE INTERNA		4.683.464	4.683.464	100%

Fonte: Acompanhamento orçamentário 2024\_até 06.2024 - Value Prev

No acompanhamento orçamentário da gestão previdencial nota-se que tanto as adições quanto as deduções encerraram o semestre com valores maiores que o orçado. Com destaque para a variação da Portabilidade Interna nas Adições e nas Deduções.

### COMENTÁRIOS DA DIRETORIA EXECUTIVA

*“As adições aumentaram devido entrada de portabilidade externa e portabilidade interna com a migração de participantes entre Planos. As deduções aumentaram devido ao pagamento de aposentadoria e resgates.”*

### 5.1.2. Gestão Administrativa

GESTÃO ADMINISTRATIVA	Orçado 1S2024	Realizado 1S2024	Diferença	Varição
<b>RECEITAS - FONTES DE CUSTEIO</b>	<b>3.460.938</b>	<b>3.437.389</b>	<b>(23.549)</b>	<b>-0,7%</b>
PREVIDENCIAL	-	8.328	8.328	100,0%
FONTE DE CUSTEIO PLANOS	3.460.938	3.429.061	(31.877)	-0,9%
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(3.900.346)</b>	<b>(3.588.533)</b>	<b>311.813</b>	<b>-8,0%</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>(3.802.846)</b>	<b>(3.588.533)</b>	<b>214.313</b>	<b>-5,6%</b>
PESSOAL E ENCARGOS	(2.248.184)	(2.173.297)	74.887	-3,3%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(46.888)	(40.627)	6.260	-13,4%
VIAGENS E ESTADIAS	(11.411)	(1.779)	9.631	-84,4%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(1.074.350)	(946.687)	127.663	-11,9%
DESPESAS GERAIS	(159.741)	(160.803)	(1.062)	0,7%
TAXAS TRIBUTOS E ENCARGOS	(262.273)	(265.340)	(3.067)	1,2%
<b>DESPESAS COM FOMENTO</b>	<b>(97.500)</b>	-	<b>97.500</b>	<b>-100,0%</b>
<b>FLUXO DE INVESTIMENTO</b>	-	<b>217.351</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>
<b>CONSTITUIÇÃO E (REVERSÃO) FUNDO ADM</b>	-	<b>66.207</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

Fonte: Acompanhamento orçamentário 2024\_até 06.2024 - Value Prev

Em relação a Gestão Administrativa nota-se que as receitas fecharam o semestre abaixo do orçamento e que as despesas ficaram um pouco menores, com algumas despesas com variação negativa significativas, como: Treinamentos/Congressos, Viagens e Estádias, Serviços de Terceiros e Despesas com Fomento. Além das contas Despesas Gerais e Taxas Tributos e Encargos, pois encerraram o semestre com valores acima do orçamento.

## **COMENTÁRIOS DA DIRETORIA EXECUTIVA**

Treinamentos/Congressos e Seminários (-): *"os gastos foram relacionados aos seguintes eventos: Seminário de Investimentos Abrapp; 45º Congresso Abrapp; algumas inscrições para o congresso serão pagas/registradas no 2º semestre";*

Viagens e estádias (-): *"reunião ocorrida na sede da Previc em Brasília/DF";*

Serviços de Terceiros (-): *"os gastos foram basicamente com: PRP; Trust; PFM; Consultoria Jurídica da JCM";*

Despesas Gerais (+): *"gastos com comunicação; seguro D&O; associação Abrapp";*

Taxas Tributos e Encargos (+): *"PIS/COFINS";*

Despesas com Fomento (-): *"não foram utilizados os gastos previstos no orçamento de 2024".*

## **5.2. ACOMPANHAMENTO PGA**

### **5.2.1. Indicadores De Gestão**

Conforme definido na Resolução CNPC N.º 48, de 2021, cabe ao Conselho Fiscal da EFPC o acompanhamento e controle dos indicadores de gestão das despesas administrativas estabelecidas no Regulamento do PGA.

A Resolução CNPC N.º 48, de 2021, estabelece que os indicadores de gestão, para acompanhamento e controle das despesas administrativas, devem evidenciar, no mínimo:

- I. a taxa de administração e a taxa de carregamento;
- II. as despesas administrativas em relação:
  - a) ao total de participantes;
  - b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados;
  - c) ao ativo total; e
  - d) às receitas administrativas.
- III. as despesas de pessoal; e
- IV. a evolução do fundo administrativo.

Os indicadores de gestão relacionados ao PGA, demonstrados a seguir, foram aprovados pelo Conselho Deliberativo por ocasião da elaboração do orçamento da Entidade, em 12/2023 e são acompanhados mensalmente pela Entidade.

Ao final do semestre os indicadores de gestão apresentaram os seguintes resultados:

INDICADORES DE GESTÃO	Act / Out* 2024	META CONSELHO 2024	VARIAÇÃO ACUMULADO X META CONSELHO
<b>INDICADORES MÍNIMOS RESOLUÇÃO CNPC N.º 48</b>			
Despesas Administrativas / Ativo	0,39%	0,39%	0,00%
Despesas Administrativas Anual/ Quantidade de Participantes	R\$ 2.127,17	R\$ 2.151,23	-R\$ 24,06
Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	0,39%	0,39%	0,00%
Despesas de Pessoal / Despesas Administrativas	57,7%	55,17%	2,53%
Despesas Administrativas / Receita Administrativa	101,98%	103,14%	1,16%
Evolução do Fundo Administrativo (PGA ano/ano)	1,44%	3,05%	-1,61%
Limitador s/ Fluxo Garantidor (Fonte de Custeio/ Recursos Garantidores)	0,39%	0,38%	0,01%
Limitador s/ Fluxo Previdenciário (Fonte de Custeio/Fluxo Previdencial)	7,25%	7,53%	-0,28%
Taxa de Administração Consolidada	-	-	-
Plano HPE	0,37%	0,38%	-0,01%
Plano DXC	0,47%	0,50%	-0,03%
Plano +Valor	0,33%	0,35%	-0,02%
<b>DEMAIS INDICADORES</b>			
Despesas Administrativas / Fluxo Previdencial	7,39%	7,77%	-0,38%
Despesas Administrativas / Contribuições (sem portabilidade)	21,54%	20,44%	1,10%
Despesas de Pessoal / Ativo	0,23%	0,22%	0,01%

Fonte: Gerencial até 08 2024 - ValuePrev

\*Act (Realizado jan à ago/24) / Out (Projetado set à dez/24).

Quando analisamos os resultados dos indicadores de gestão, definidos pela Entidade, no fechamento do semestre, notamos que a maioria estão dentro das metas estabelecidas. Os indicadores serão melhor analisados ao final do exercício.

### 5.2.2. Demonstração da Evolução do Fundo Administrativo

O art. 28 da Resolução CNPC N.º 43, de 2021, estabelece que caberá ao Conselho Fiscal o acompanhamento do controle dos valores utilizados/destinados do fundo administrativo, atualizado pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB, além de registrar em seu relatório semestral de controles internos.

A Entidade realiza o acompanhamento mensal da evolução do fundo administrativo, e a envia ao Conselho Fiscal.

### 5.3. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

No capítulo **Execução Orçamentária** estão descritos os resultados realizados, seus principais desvios e suas justificativas, assim como as análises dos indicadores de gestão e enquadramento dos limites de transferência do PGA.

A realização dos eventos, por vezes pode ocorrer em um cenário diferente da situação analisada na época da elaboração do orçamento. Portanto, é importante que haja o acompanhamento contínuo pelos órgãos de governança e um esforço para alcançar resultados cada vez mais próximos ao que foi orçado.

Desta forma, com base nas informações analisadas e comentários da Diretoria Executiva este Conselho Fiscal conclui que a gestão orçamentária está aderente a legislação vigente, e ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Não são necessárias recomendações e/ou pontos de atenção e monitoramento referentes a este item à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo para o semestre em análise.

## 6. AMBIENTE DE CONTROLE

A Resolução CGPC N.º 13, de 2004, trouxe para o âmbito das EFPC princípios, recomendações e obrigações para a prática de governança corporativa, que agregam valor ao resultado e convergem para adoção de um comportamento ético.

Cabe a Entidade adotar gestão de riscos e controles internos e princípios, regras e práticas de governança (relações entre órgãos estatutários da EFPC com participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores, fornecedores de produtos e serviços, autoridades e outras partes interessadas) adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes ao plano de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Com o objetivo de assegurar aos participantes equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país, nós do Conselho Fiscal juntamente com o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva participamos da apresentação, análise e discussão das demonstrações contábeis e dos pareceres da auditoria, reavaliação atuarial além das notas explicativas, gestão de recursos e dos passivos, aprovados e registrados em atas e mantidos à disposição para consulta na Entidade.

### 6.1. AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Os trabalhos de definição conceitual, identificação e avaliação de riscos e controles foram implementados e, por consequência, apresentadas as matrizes de riscos da Entidade.

Está instituído o processo de gestão de riscos e controles internos com geração da Matriz de Riscos e Controles em sistema que facilita a atualização e o acompanhamento da implementação dos planos, com avaliações bianuais.

Em maio de 2023 foi encerrado o 6º Ciclo de Avaliação dos Riscos e Controles Internos da Entidade, e com base nos resultados do 6º Ciclo de Avaliação foram recomendados alguns controles:

Controles	Prazo	Status 1S2024
		Comentário Diretoria Executiva
Instruções escritas de gestão de pessoas	dez/23	Em revisão - com prazo para 12/2024
Práticas de gestão de processo	dez/23	Em revisão - com prazo para 12/2024
Práticas de gestão do canal de ética	dez/23	Foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 13/08/2024
Instruções escritas de avaliação de fornecedores e terceiros	dez/23	Em revisão - com prazo para 12/2024

Cronograma Processos de Melhorias do 6º Ciclo de Avaliação de Risco - Value Prev

Com base nas informações apresentadas na tabela acima, nota-se que todos os controles têm prazo para implementação ou serão implementados no segundo semestre de 2024.

Em relação ao 5º Ciclo de Avaliação dos Riscos e Controles Internos, encerrado em novembro de 2020, restou a recomendação a seguir:

- **instruções escritas de gestão de pessoas.**

### COMENTÁRIOS DA DIRETORIA EXECUTIVA

*“Com relação à definição de cargos e critérios de sucessão, está no processo de elaboração de proposta para que seja inserido este capítulo no Manual de Gestão de Pessoas, tendo como expectativa de conclusão no segundo semestre de 2024.”*

## **6.2. COMPLIANCE**

A preocupação com a adequação e a aderência às normas e legislações é fato que se traduz nas funções desenvolvidas sobre o assunto.

Acompanhar e divulgar mudanças na regulamentação que afetam as atividades da Entidade é uma das principais atividades relacionadas ao compliance. Essa função monitora riscos, especialmente os legais, de alta intensidade, incluindo o acompanhamento das adequações necessárias

### **6.2.1. Obrigações Legais**

A Diretoria Executiva da Entidade informou que neste semestre todas as obrigações legais foram cumpridas no prazo estabelecido pela legislação e complementou que o acompanhamento das obrigações legais é realizado mensalmente junto ao terceiro.

## **6.3. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO**

Em 14 de agosto de 2023, a Previc publicou a Resolução Previc N.º 23 com o propósito de consolidar as normas aplicáveis às EFPCs sob sua supervisão.

A referida Resolução traz, em seu art. 388, uma lista de quarenta incisos com normas que foram revogadas por ela. Entre elas está a Instrução Normativa Previc N.º 34, de 28 de outubro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para a prevenção da utilização do regime para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme a Lei N.º 9.613, de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei N.º 13.260, de 2016, observando também os dispositivos da Lei N.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados.

A Instrução Normativa Previc N.º 34, de 2020, foi revogada e substituída pelo Capítulo XIII (arts. 375 a 379) da nova Resolução. A Previc revogou a maioria das disposições sobre o tema, consolidando-as em somente 5 (cinco) artigos.

Dentre as exigências mantidas pela Resolução N.º 23, de 2023, está a obrigação da elaboração da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo – PLD/FT. Conforme dispõe o art. 376, “as EFPCs, considerando seu perfil de risco, porte e complexidade, devem implementar e manter política formulada com base em princípios e diretrizes que visem prevenir sua utilização para as práticas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo”.

No art. 377, a referida Resolução mantém a exigência de que as EFPCs desenvolvam e implementem procedimentos que possibilitem a identificação e a qualificação de clientes, inclusive aqueles enquadrados como pessoa politicamente exposta. Em seu art. 378, para os fins do disposto no inciso II do art. 10 da Lei N.º 9.613, de 1998, exige-se o registro que reflita suas operações ativas e passivas e a identificação das pessoas físicas ou jurídicas com as quais estabeleçam qualquer tipo de relação jurídica cujo valor seja igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Além disso, o art. 375 estabelece que as EFPCs devem observar o disposto na Lei N.º 9.613, de 1998, e na Lei N.º 13.260, de 2016, quando verificarem a existência de indícios dos crimes previstos nas referidas Leis, comunicando tal fato imediatamente à Previc.

Por fim, o art. 379 da Resolução Previc N.º 23, de 2023, define que as EFPCs devem cumprir imediatamente as medidas estabelecidas nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou as designações de seus comitês de sanções que determinem a indisponibilidade de ativos de titularidade, direta ou indireta, de pessoas naturais, de pessoas jurídicas ou de entidades, nos termos da Lei N.º 13.810, de 2019.

Nota-se, ao analisar os 5 artigos do capítulo XIII da Resolução Previc N.º 23, de 2023, que deixam de ser exigidos das EFPCs:

- (i) a avaliação interna de riscos, conforme previsto no art. 8º da Instrução Normativa Previc N.º 34, de 2020; e
- (ii) a avaliação anual da efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos, com a elaboração de relatório específico, como definido no art. 28, § 1º, da Instrução Normativa Previc N.º 34, de 2020.

Isso permitirá que as EFPCs definam, com base no seu perfil de risco, porte e complexidade, as diretrizes e o processo de avaliação do risco de LD-FT em seus produtos e serviços, bem

como a forma como serão avaliados e testados os controles existentes para prevenir sua utilização para as práticas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

A Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo - PLD/FT da Entidade foi elaborada em dezembro de 2021, para atender à então vigente Instrução Normativa Previc N.º 34, de 2020. Contudo, suas diretrizes atendem também a todas as exigências previstas da Resolução Previc N.º 23, de 2023.

De acordo com o item 8.1 da Política de PLD-FT, a Entidade realizará a avaliação interna de riscos, periodicamente, com o objetivo de aferir o risco dos clientes, considerando as movimentações, bem como a utilização de seus produtos e serviços na prática de lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo.

Além disso, a Política de PLD-FT prevê que as medidas adotadas deverão ser relatadas no Relatório de Acompanhamento, Controle e Efetividade da Política e a forma de aferição dos riscos será determinada pela Diretoria Executiva, bem como os princípios, podendo para tanto considerar os impactos financeiro, jurídico e reputacional e probabilidade de ocorrência.

A última avaliação interna de riscos foi realizada juntamente com o 6º Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles na qual o risco de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo encontra-se monitorado e mitigado, não havendo déficit de controle.

Ao final do semestre foi aprovado pela Diretoria Executiva o Relatório de Acompanhamento, Controle e Efetividade da Política, ano base 2023. Como conclusão dos trabalhos, foram adotados os melhores esforços quanto às providências exigidas pela política de PLDFT no exercício de 2023, levando-se em consideração o perfil de risco, porte e complexidade da entidade. Para efetividade dos mecanismos de acompanhamento e de controle implementados de forma a assegurar a adequação da política, dos procedimentos e dos controles internos relativos a PLDFT, há necessidade de algumas melhorias de processos e rotinas nos seguintes pontos:

- i. Cadastro de participantes - cruzamento de base pública antiterrorismo: Consulta periódica na base da ONU, para atendimento às práticas antiterrorismo;
  - ii. Implementação de questionário de *due diligence* para novos fornecedores (exceto para os gestores de investimentos);
  - iii. Previsão e procedimentos específicos voltados à PLDFT na Normas de Contratação de Fornecedor;
  - iv. Previsão e procedimentos específicos voltados à PLDFT no Manual de Investimentos;
- e

- v. Treinamento periódico sobre PLDFT para colaboradores e membros da governança da entidade.

Segundo a Diretoria Executiva, as melhorias acima serão implementadas até o 1º semestre de 2025.

#### 6.4. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

No capítulo **Ambiente de Controle** estão destacadas as estruturas de gestão e os órgãos corporativos que enfatizam e disseminam o ambiente e a cultura organizacional, contribuindo para uma gestão alicerçada em valores e práticas que minimizam os riscos e contribuam para que os objetivos sejam atingidos.

Dessa forma, com base nas informações analisadas e comentários da Diretoria Executiva, este Conselho Fiscal conclui que o ambiente de controle da Entidade está adequado ao seu porte e complexidade e aderente à legislação vigente, tendo ficado evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Não são necessárias recomendações referentes a este item à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo para o semestre em análise. No entanto, **manteremos em atenção e monitoraremos:**

- A evolução da implementação dos controles sugeridos no 6º Ciclo de Autoavaliação de Riscos e Controles. **Ponto de Atenção e Monitoramento n.º M.6.1.>1/1S2024.**
- A evolução da implementação das melhorias de processos e rotinas identificados no Relatório de Acompanhamento, Controle e Efetividade da Política de PLDFT, ano-base 2023. **Ponto de Atenção e Monitoramento n.º M.6.3.>1/1S2024.**

## 7. GESTÃO DA ENTIDADE

### 7.1. ESTRUTURA DA ENTIDADE

Ao final do semestre a Entidade apresentava a seguinte estrutura:

Órgão Estatutário	Nome	Cargo	Mandato	
			Início	Término
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	Diretor Superintendente	06/04/2024	05/04/2027
	Abdiel Melo Silva	Diretor de Seguridade	06/04/2024	05/04/2027
	João Carlos Ferreira	Diretor Financeiro - AETQ e ARPB	06/04/2024	05/04/2027
	Maurício Becker	Diretor Administrativa	06/04/2024	05/04/2027
Conselho Fiscal	Rodrigo Mancini Astray	Presidente	06/04/2024	05/04/2027
	Daniel Meira Cardoso Duva	Efetivo	06/04/2024	05/04/2027
	Sandra Regina Oliveira	Efetiva	06/04/2024	05/04/2027
	<i>Adriano Fernandes da Silva</i>	<i>Suplente</i>	06/04/2024	05/04/2027
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	Presidente	06/04/2024	05/04/2027
	Miguel Prada Galvão	Vice-presidente	06/04/2024	05/04/2027
	Marli Aparecida Fioravanti	Efetiva	06/04/2024	05/04/2027
	<i>Luiz Paulo Costa Barcellos</i>	<i>Suplente</i>	06/04/2024	05/04/2027
	<i>Raphael Gandolfo Costa</i>	<i>Suplente</i>	06/04/2024	05/04/2027

Fonte: Relatório de Dirigentes 1S2024 – Site PREVIC

### 7.2. CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A Resolução CNPC N.º 39, de 2021, passou a definir todas as exigências para os processos de certificação, habilitação e qualificação dos dirigentes e demais profissionais diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos das EFPCs.

Dentre as principais diretrizes estabelecidas pela Resolução, está a exigência de certificação para o exercício dos cargos e funções dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo, dos Comitês de Assessoramento Técnico que atuem na avaliação e aprovação de investimentos, e demais empregados da Entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

Exige-se que a maioria dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e todos os membros da Diretoria Executiva, estejam certificados no prazo de um ano a partir de sua posse, quando se tratar do primeiro mandato. Com exceção do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ e demais empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, que devem estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos, com certificação específica para profissionais de investimento.

O prazo de um ano, de que trata o § 1º, do artigo 5º desta Resolução, somente pode ser concedido ao dirigente uma única vez para o mesmo mandato, incluindo a recondução.

Ainda em relação a esse assunto, verifica-se Resolução Previc N.º 23, de 2023, que revogou a Instrução Normativa Previc N.º 41, de 2021, e passou a estabelecer os procedimentos para a Habilitação de Dirigente em sua Seção VI, arts. 22 ao 37.

A Resolução Previc N.º 23, de 2023, define que, para as EFPCs enquadradas nos segmentos S1 e S2, além dos membros da Diretoria Executiva, os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal também devem se submeter ao processo de habilitação junto à Previc. Com base na Portaria Previc N.º 960, de 18 de outubro de 2023, a Entidade passa a fazer parte do segmento 3 (S3) a partir de 1º de janeiro de 2024, mantendo a obrigatoriedade de obtenção de habilitação apenas para os membros da Diretoria Executiva.

Órgão Estatutário	Nome	Mandato		Habilitação	Tipo	Certificação	
		Início	Término			Emissão	Validade
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	06/04/2024		sim	ICSS-ADM	04/03/2024	04/03/2027
	Abdiel Melo Silva	06/04/2024		sim	ICSS-ADM	29/03/2024	29/03/2027
	João Carlos Ferreira	06/04/2024		sim	ICSS-INV	22/09/2022	22/09/2025
					ICSS-ADM	29/09/2023	29/09/2026
	Mauricio Becker	06/04/2024		sim	ICSS-ADM	29/06/2022	29/06/2025
Conselho Fiscal	Rodrigo Mancini Astray	06/04/2024		n/a	ICSS-ADM	14/10/2022	14/10/2025
	Daniel Meira Cardoso Duva	06/04/2024		n/a	ICSS-ADM	16/10/2022	16/10/2025
	Sandra Regina Oliveira	06/04/2024		n/a	no prazo	-	-
	Adriano Fernandes da Silva	06/04/2024		n/a	não tem	-	-
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	06/04/2024		n/a	ICSS-ADM	10/08/2021	10/08/2024
	Miguel Prada Galvão	06/04/2024		n/a	ICSS-ADM	31/10/2022	31/10/2025
	Marli Aparecida Fioravanti	06/04/2024		n/a	ICSS-ADM	04/11/2021	04/11/2024
	Luiz Paulo Costa Barcellos	06/04/2024		n/a	no prazo	-	-
	Raphael Gandolfo Costa	06/04/2024		n/a	não tem	-	-

Fonte: Relatório de Dirigentes 1S2023 – Site PREVIC / Cadastro de Dirigentes\_2024 – Value Prev

n/a - não aplicável, conforme legislação vigente

No encerramento do semestre identificamos que a maioria dos membros do Conselho Deliberativo estavam certificados. No Conselho Fiscal metade de seus membros estavam certificados, no entanto um deles estava dentro do prazo de um ano obter a certificação, conforme previsto na legislação. A Diretoria Executiva, apresentava todos os seus membros certificados e devidamente habilitados.

Desta forma, tanto os Conselhos Deliberativo e Fiscal, quanto a Diretoria Executiva enceraram o semestre em conformidade com a legislação.

No Comitê de Investimentos todos os membros encontravam-se certificados e todos com ênfase em investimentos, ao final do semestre, atendendo as exigências da legislação.

Órgão Estatutário	Nome	Mandato		Tipo	Certificação	
		Início	Término		Emissão	Validade
Comitê de Investimentos	João Carlos Ferreira	19/10/2021	19/10/2024	ICSS-INV	22/09/2022	22/09/2025
	Everson Alvarenga	19/10/2021	19/10/2024	ICSS-INV	24/09/2022	24/09/2025
		19/10/2021	19/10/2024	ICSS-ADM	19/07/2022	19/07/2025
	Everaldo Guedes de Azevedo França	19/10/2021	19/10/2024	Consultor Credenciado CVM CPA20	25/07/2022	25/07/2025
	Marcia Castro Oliveira	19/10/2021	19/10/2024	ICSS-INV	14/12/2023	14/12/2025

Fonte: Relatório de Dirigentes 1S2024 – Site PREVIC / Cadastro de Dirigentes 2024 – Value Prev

De acordo com a Resolução CNPC N.º 39, de 2021, em seu art. 5º §4º, exige que o AETO, demais dirigentes e profissionais da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos devem possuir certificação específica para profissionais de

investimento. Com base nas informações apresentadas anteriormente constatamos que o AETQ e demais colaboradores vinculados ao processo de investimentos possuem certificação específica em investimentos.

### 7.2.1. Qualificação

A Resolução CNPC N.º 39, de 2021, define em seu art. 8º que o relatório de controles internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Sendo assim, apresentamos a seguir o quadro com o acompanhamento da qualificação, ou seja, pontuação, obtida pelos membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos ao final do exercício.

Órgão Estatutário	Nome	Certificação Tipo	Pontuação 1S2024	Ano Emissão	Ano					
					1º ano	2º ano	3º ano			
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	ICSS-ADM	13	mar-24	mar/25	13	mar/26	-	mar/27	-
	Abdiel Melo Silva	ICSS-ADM	0	mar-24	mar/25	-	mar/26	-	mar/27	-
	João Carlos Ferreira	ICSS-INV	89	set-22	set/23	40	set/24	49	set/25	-
		ICSS-ADM	49	set-23	set/24	49	set/25	-	set/26	-
Conselho Fiscal	Maurício Becker	ICSS-ADM	52	jun-22	jun/23	34	jun/24	18	jun/25	-
	Rodrigo Mancini Astray	ICSS-ADM	54	out-22	out/23	36	out/24	18	out/25	-
Conselho Deliberativo	Daniel Meira Cardoso Duva	ICSS-ADM	52	out-22	out/23	34	out/24	18	out/25	-
	Alberto Hiroshi Okawa	ICSS-ADM	78	ago-21	ago/22	24	ago/23	24	ago/24	30
	Miguel Prada Galvão	ICSS-ADM	52	out-22	out/23	44	out/24	8	out/25	-
	Marli Aparecida Fioravanti	ICSS-ADM	70	nov-21	nov/22	34	nov/23	36	nov/24	-
Comitê de Investimentos	João Carlos Ferreira	ICSS-INV	89	set-22	set/23	40	set/24	49	set/25	-
	Everson Alvarenga	ICSS-INV	158	set-22	set/23	96	set/24	62	set/25	-
	Marcia Castro Oliveira	ICSS-ADM	144	jul-22	jul/23	74	jul/24	70	jul/25	-
		ICSS-INV	25	dez-23	dez/24	25	dez/25	-	dez/26	-

Fonte: Controle Pontos - Value Prev

Nota: Para a recertificação o ICSS exige o mínimo de 72 pontos, integralizados no período de três anos. O não cumprimento da totalidade de pontos exigida acarretará a impossibilidade de renovação da certificação por meio do PEC - Programa de Educação Continuada, de modo que o profissional interessado em se manter certificado pelo ICSS, terá que dar entrada em um novo processo de certificação. Neste período de três anos, deve ser integralizado o mínimo de 24 pontos a cada período de um ano, a partir da data da concessão da Certificação.

Com base nos dados apresentados, notamos que todos possuem pontuação adequada ao período de emissão do certificado.

### 7.3. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

No capítulo **Gestão da Entidade** estão tratadas a estrutura de governança, as certificações dos membros dos órgãos de Governança, assim como a atuação dos órgãos estatutários.

Dessa forma, com base nas informações analisadas, este Conselho conclui que a Entidade estava, ao final do semestre, aderente à legislação em relação aos Órgãos Estatutários e Comitê de Investimentos.

Manifestação do Conselho Fiscal: Não são necessárias recomendações e/ou pontos de atenção e monitoramento referentes a este item à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo para o semestre em análise.

## 8. RESUMO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL

O quadro a seguir apresenta o resumo das manifestações emitidas por este Conselho Fiscal referente ao primeiro semestre de 2024, o qual deve ser compartilhado com o Conselho Deliberativo e com a Diretoria Executiva:

RESUMO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - VALUE PREV						
Item analisado no RMCF 1S2024	Subitem	Manifestação	Número da Manifestação	Descrição	Prazo	
3. GESTÃO DOS RECURSOS	-	Sem Recomendação	-	<b>Não foram necessárias recomendações e/ou pontos de atenção e monitoramento</b> ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item.	-	
4. GESTÃO DO PASSIVO	4.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL	Atenção e Monitoramento	M.4.2.>1/1S2024	<b>Manteremos em atenção e monitoraremos</b> a recomendação da consultoria Atuarial para a elaboração e aprovação de Plano de Destinação de Superávit Técnico durante o exercício de 2024	RMCF 2S2024	
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	Sem Recomendação	-	<b>Não foram necessárias recomendações e/ou pontos de atenção e monitoramento</b> ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item.	-	
6. AMBIENTE DE CONTROLE	6.1. AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	Atenção e Monitoramento	M.6.1.>1/1S2024	<b>Manteremos em atenção e monitoraremos</b> a evolução da implementação dos controles sugeridos no 6º Ciclo de Autoavaliação de Riscos e Controles.	RMCF 2S2024	
	6.3. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	Atenção e Monitoramento	M.6.3.>1/1S2024	<b>Manteremos em atenção e monitoraremos</b> a evolução da implementação das melhorias de processos e rotinas identificados no Relatório de Acompanhamento, Controle e Efetividade da Política de PLDFT, ano-base 2023.	RMCF 1S2025	
7. GESTÃO DA ENTIDADE	-	Sem Recomendação	-	<b>Não foram necessárias recomendações e/ou pontos de atenção e monitoramento</b> ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item.	-	

Fonte: RMCF 1S2024 - Value Prev

Os prazos estabelecidos na tabela anterior se referem ao relatório que deverá constar as soluções dadas pela Entidade quanto às manifestações efetuadas pelo Conselho Fiscal.

As manifestações podem ser consultadas na íntegra ao final de cada um dos itens deste relatório.

### 8.1. ACOMPANHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL

Neste item serão acompanhadas e monitoradas as manifestações do Conselho Fiscal, quando forem: atenção e monitoramento e recomendação, emitidos em semestres anteriores.

#### ➤ 2º semestre de 2023

ACOMPANHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - VALUE PREV						
Item analisado no RMCF 2S2023	Subitem	Manifestação	Número da Manifestação	Descrição	Prazo	Status RMCF 1S2024
3. GESTÃO DOS RECURSOS	3.2.3. Risco de Crédito	Atenção e Monitoramento	M.3.2.3.>1/2S2023	<b>Manteremos em atenção e monitoraremos</b> a resolução do desequilíbrio do ativo ocorrido no fundo FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev CMA II .	RMCF 1S2024	<b>Encerrado.</b> Ao final do semestre o fundo não apresentava mais desequilíbrio em relação ao risco de crédito.

ACOMPANHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - VALUE PREV						
Item analisado no RMCF 2S2023	Subitem	Manifestação	Número da Manifestação	Descrição	Prazo	Status RMCF 1S2024
4. GESTÃO DO PASSIVO	4.3. DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO	Atenção e Monitoramento	M.5.2.2.>1/2S2023	Manteremos em atenção e monitoraremos a resolução das divergências entre o sistema interno da Entidade e o Demonstrativo Estatístico enviado à Previc para o próximo semestre.	RMCF 1S2024	Pendente - fora do prazo. Segundo a Diretoria Executiva "será analisado no relatório do 2º semestre de 2024 deste Conselho, devido ao prazo de entrega do relatório estatístico da Previc ter mudado para entrega anual".

Fonte: RMCF semestres anteriores - Value Prev

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Conselho Fiscal, nos termos da Resolução CGPC N.º 13, de 2004, parágrafo único, Inciso I, encaminha ao Conselho Deliberativo o presente relatório com suas manifestações para conhecimento e providências necessárias.

O presente relatório ficará na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Barueri, 24 de outubro de 2024.

DocuSigned by:  
  
CB6FF5F969654CA...  
Rodrigo Mancini Astray  
Presidente

Signed by:  
  
028GD6E32FEE4AD...  
Daniel Meira Cardoso Duva  
Conselheiro Efetivo

DocuSigned by:  
  
2E077E050EE844E...  
Sandra Regina Oliveira  
Conselheira Efetiva

Signed by:  
  
0D2C261FE8DD422...  
Adriano Fernandes da Silva  
Conselheiro Suplente

## 10. DOCUMENTOS ANALISADOS

A seguir registramos o resumo das principais informações analisadas para a elaboração deste relatório:

### a. Gestão dos Recursos

- ✓ Políticas de Investimentos dos planos de benefícios e do PGA - 2024;
- ✓ Relatórios dos Demonstrativos de Investimentos dos planos de benefícios e do PGA - 1S2024;
- ✓ Relatório Mensal // Risco // Performance - 1S2024;
- ✓ Relatório Mensal // Gerencial // Performance - 1S2024;
- ✓ Relatório de Acompanhamento Risco de Crédito, mensal - 1S2024;
- ✓ Carteira Total, mensal - 1S2024;
- ✓ Enquadramento EFPC, mensal - 1S2024; e
- ✓ Rentabilidade dos fundos - 1S2024.

### b. Gestão do Passivo

- ✓ Regulamento vigente dos Planos de Benefícios;
- ✓ Balancetes Consolidados e Analítico dos planos de benefícios - 1S2024; e
- ✓ Parecer Atuarial dos planos de benefícios - 2023.

### c. Execução Orçamentária

- ✓ Regulamento vigente do Plano de Gestão Administrativa - RPGA;
- ✓ Balancetes Consolidado dos planos de benefícios e PGA - 1S2024;
- ✓ Orçamento geral para o exercício social - 2024;
- ✓ Acompanhamento orçamentário - 1S2024;
- ✓ Indicadores de Gestão - 2024; e
- ✓ Acompanhamento Indicadores de Gestão - 1S2024.

### d. Ambiente de Controle e Gestão da Entidade

- ✓ Estatuto vigente da Entidade;
- ✓ Atas do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos - 1S2024;
- ✓ Acompanhamento Certificação e habilitação - 1S2024;
- ✓ Relatório de Avaliação de Efetividade 2023; e
- ✓ Relatório Dirigentes CAND - Previc - 1S2024.

**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: F0C58AE3D4F84F4A9B914F694208944B

Status: Concluído

Assunto: Complete com o DocuSign: ValuePrev\_RMCF\_1sem2024\_versão final\_aprovada\_24.10.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 41

Assinaturas: 4

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Remetente do envelope:

Value Prev Sociedade Previdenciária

RUA YANOMANIS, 68

TARUMÃ

SANTANA DE PARNAÍBA, BR-SP 06515-310

admin@valueprev.com.br

Endereço IP: 201.43.126.223

**Rastreamento de registros**

Status: Original

Portador: Value Prev Sociedade Previdenciária

Local: DocuSign

29/10/2024 10:53:21

admin@valueprev.com.br

**Eventos do signatário**

Adriano Fernandes da Silva

adriano.silva@hpe.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

**Assinatura**

Signed by:

*Adriano Fernandes da Silva*

0D2C251FE8DD422...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 136.226.122.177

**Registro de hora e data**

Enviado: 29/10/2024 10:59:59

Reenviado: 30/10/2024 10:48:17

Reenviado: 04/11/2024 06:00:48

Reenviado: 05/11/2024 03:55:29

Reenviado: 07/11/2024 04:35:27

Visualizado: 07/11/2024 04:37:49

Assinado: 07/11/2024 04:59:11

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 29/10/2024 11:07:25

ID: 94f4b573-dece-4754-b7a4-f28d4a11d30f

Daniel Meira Cardoso Duva

daniel.duva@dxc.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Signed by:

*Daniel Meira Cardoso Duva*

028CD6E32FEE4AD...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 165.225.214.118

Enviado: 29/10/2024 10:59:58

Visualizado: 29/10/2024 11:03:49

Assinado: 29/10/2024 11:04:26

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 29/10/2024 11:03:49

ID: 262cfa90-2a06-4658-8e0a-c055d7609a40

Rodrigo Mancini Astray

rodrigo.astray@hpe.com

Controller

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

*Rodrigo Mancini Astray*

CB8FF5F989654CA...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 165.225.214.116

Enviado: 29/10/2024 10:59:59

Visualizado: 29/10/2024 11:02:39

Assinado: 30/10/2024 07:28:53

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 30/10/2024 07:28:43

ID: 0b6b9ae6-5e5c-4f2a-b7bc-5b8274f6ab34

SANDRA REGINA OLIVEIRA

sandra\_san@uol.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

*SANDRA REGINA OLIVEIRA*

2E077E050EE844E...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 201.93.73.43

Assinado com o uso do celular

Enviado: 29/10/2024 11:00:00

Reenviado: 30/10/2024 10:48:18

Visualizado: 30/10/2024 10:54:18

Assinado: 30/10/2024 10:58:38

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

<b>Eventos do signatário</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
Aceito: 27/10/2023 07:25:42 ID: 35ca2320-1c0c-4609-87c1-5d84a4fcd92		
<b>Eventos do signatário presencial</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de entrega do editor</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Evento de entrega do agente</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de entrega intermediários</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de entrega certificados</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de cópia</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos com testemunhas</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos do tabelião</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de resumo do envelope</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
Envelope enviado	Com hash/criptografado	29/10/2024 11:00:00
Entrega certificada	Segurança verificada	30/10/2024 10:54:18
Assinatura concluída	Segurança verificada	30/10/2024 10:58:38
Concluído	Segurança verificada	07/11/2024 04:59:11
<b>Eventos de pagamento</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico</b>		

## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, Value Prev Sociedade Previdenciaria (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

#### **How to contact Value Prev Sociedade Previdenciaria:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [admin.hp-prev@hpe.com](mailto:admin.hp-prev@hpe.com)

#### **To advise Value Prev Sociedade Previdenciaria of your new email address**

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [admin.hp-prev@hpe.com](mailto:admin.hp-prev@hpe.com) and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

#### **To request paper copies from Value Prev Sociedade Previdenciaria**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to [admin.hp-prev@hpe.com](mailto:admin.hp-prev@hpe.com) and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

#### **To withdraw your consent with Value Prev Sociedade Previdenciaria**

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to [admin.hp-prev@hpe.com](mailto:admin.hp-prev@hpe.com) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

### **Required hardware and software**

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

### **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Value Prev Sociedade Previdenciaria as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Value Prev Sociedade Previdenciaria during the course of your relationship with Value Prev Sociedade Previdenciaria.